



Bolsas		Pontuação B3		Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias		Na terça-feira	Últimos		Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
2,29%	0,47%	119.034 123.166		R\$ 4,862	8/novembro 4,907	R\$ 1.320				Junho/2023 -0,8
São Paulo	Nova York	9/11 10/11 13/11 14/11		(- 0,93%)	9/novembro 4,940			12,15%	12,04%	Julho/2023 0,12
					10/novembro 4,914		R\$ 5,291			Agosto/2023 0,23
					13/novembro 4,908					Setembro/2023 0,26
										Outubro/2023 0,24

CONTAS PÚBLICAS

Contagem regressiva para emendas ao PLDO

Com fim do prazo para envio de propostas ao PLDO de 2024, amanhã, crescem as chances de a mudança da meta fiscal ficar para o primeiro trimestre do ano que vem

» EDLA LULA

» ROSANA HESSEL

Amanhã, termina o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional. Ao que tudo indica, o governo não vai encaminhar, via lideranças da base, a alteração na nova meta fiscal, o que faz prevalecer a vontade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que briga por manter o objetivo de zerar o saldo nas contas públicas.

No momento, segundo disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, após reunião com Haddad e Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, a equipe econômica está debruçada sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao quinto bimestre de 2023. O documento será apresentado na próxima quarta-feira (22), e os técnicos dos três ministérios, nesses dias, cruzam os números referentes a despesas e receitas para revisarem suas estimativas.

Assim, a discussão sobre a meta fiscal, na CMO, ficará com o Parlamento, já que o deputado petista Lindbergh Farias (RJ), protocolou duas emendas alterando a meta fiscal do próximo ano. Uma permitindo déficit primário de 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) e outra, com previsão de até 1% de saldo negativo. Ainda não estão contabilizadas as emendas já protocoladas no sistema.

Especialistas se dividem ao analisar qual seria a melhor posição do governo: deixar a decisão com o Congresso ou assumir o controle do debate. Mas o consenso entre eles é que a meta fiscal de déficit zero, em 2024, só será cumprida se houver cortes de despesas e a esperada revisão dos gastos

improdutivos e de baixo impacto na atividade econômica. Mas a piora dos resultados das estatais tendem a aumentar o rombo fiscal.

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), acredita que, diante da frustração de receitas ao longo desse ano e da evidente sinalização de que o governo não poderá cortar gastos em 2024, Haddad deveria assumir a dianteira e apresentar parâmetros mais condizentes com a realidade atual. “Haddad é o ministro. Por isso, a liderança dessa discussão tem que ficar com ele. E quanto mais rápido ele resolver essa questão (do déficit), melhor será para ele e para o país”, argumentou o acadêmico.

Oreiro criticou a alteração da meta fiscal no ano que vem, quando for apresentado o relatório de receitas e despesas do primeiro bimestre de 2024. O ideal, para o especialista, seria que a equipe econômica revisse a meta agora e deixasse explícito qual o cenário econômico com o qual o governo trabalha. “O compromisso do Haddad não pode ser com o erro. Se ele errou em abril, com previsões otimistas e metas ambiciosas, pode rever agora. Porque credibilidade não é anunciar metas ambiciosas, mas é anunciar metas factíveis”, disse.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, opinou que o melhor caminho seria não mexer na meta de maneira alguma. “A meta, para que a credibilidade do governo e o arcabouço fiscal não sejam maculados, tem de ser mantida”, pondera. “Mesmo que não se atinja a meta zero, é preciso buscá-la, para que as medidas já tomadas e as que tramitam no Congresso tenham força. Se a meta for rompida, deve-se fazer valer o próprio conjunto de mecanismos previstos na Lei Complementar 200/2023”, completou, referindo-se à Lei que criou o novo regime fiscal para o

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Fernando Haddad mantém defesa por deficit zero no próximo ano, embora improvável sem corte de gasto

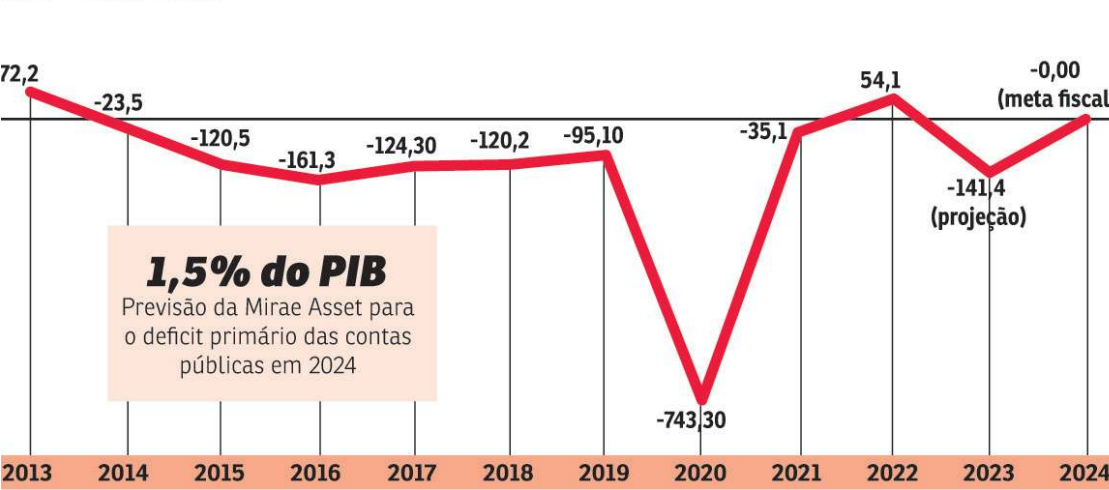
No vermelho

Para 2024, Haddad quer zerar o resultado primário, mas analistas não acreditam que isso ocorra tão facilmente



RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS DO GOVERNO CENTRAL* NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

Saldo - Em R\$ bilhões



Inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Mirae Asset



Mesmo que não se atinja a meta zero, é preciso buscá-la, para que as medidas já tomadas e as que tramitam no Congresso tenham força"

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena

país, batizado de arcabouço fiscal, que prevê penalidades como a suspensão de gastos ou contratações, caso o governo não cumpra o resultado fiscal estabelecido pela LDO.

Contingenciamento

Tudo indica que cresce a possibilidade de “contingenciamento” de despesas para fazer cumprir o arcabouço fiscal logo no início do próximo ano, na avaliação de Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset. “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deverá aguardar o ministro da Fazenda até março, quando sai o relatório fiscal de despesas e receitas bimestrais”, apostou o analista, que prevê rombo fiscal de 1,5% do PIB em 2024.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, fez alerta sobre a arrecadação, que não deverá aumentar com a economia desacelerando, pois o PIB crescerá menos no ano que vem do que neste ano, em torno de 2%, pelas estimativas da MB. Ele contou que manteve, por enquanto, a previsão de déficit primário para 2024 em 0,7% do PIB, com viés de alta diante da perspectiva de aumento da meta fiscal antes mesmo de ela ter sido aprovada. “Isso é piso. O rombo fiscal deverá ser maior, de fato. Está caminhando para ficar acima de 1% do PIB, como será neste ano. A hora que o governo chancela um número elevado, vai ser difícil conseguir entregar menos em ano eleitoral”, explicou.

TRABALHO EM FERIADOS

Sindicatos celebram nova regra

O Ministério do Trabalho revogou uma portaria editada em novembro de 2021, que permitia que trabalhadores de uma série de atividades do comércio trabalhassem aos feriados sem a necessidade de previsão da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Com a nova regra, publicada na terça-feira (14), no Diário Oficial da União (DOU), apenas as feiras livres podem abrir aos feriados sem essa prerrogativa.

A medida foi comemorada pelos sindicatos e objeto de críticas da oposição ao governo.

Em nota, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC) informou que a iniciativa

foi resultado de articulação das entidades sindicais junto ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quanto a necessidade de “reparar um erro histórico que começou no governo de Michel Temer (MDB), quando foi desrespeitada a legislação que garantia o direito dos trabalhadores do comércio de negociar as condições de trabalho em feriados”.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), Julimar Roberto, declarou que a portaria “fortalece bastante as convenções coletivas, que são o instrumento mais adequado para garantir os direitos e os benefícios dos trabalhadores do comércio”, também em nota.

Oposição crítica

Já o senador Ciro Nogueira (PP-PI) afirmou, por meio das redes sociais, que a medida “aumenta os custos de 5,7 milhões de empresas do setor do comércio com uma canetada” e que tomará as medidas cabíveis ao que chamou de “atentado ao Brasil”.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), chamou a medida de lamentável e afirmou que propará uma legislação para tratar do que chamou de “ataque” contra a economia. Marinho foi um dos articuladores das regras no governo Jair Bolsonaro (PL).

Ed Alves/CB/D.A Press



Governo revoga lei que permitia trabalho do comércio sem CCT

» Mais críticas às passagens aéreas

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, voltou a afirmar, ontem, que o governo não aceitará preços abusivos de passagens aéreas. “Os preços das passagens subiram mais de 12% na Europa, mais de 15% nos Estados Unidos e mais de 20% no Brasil, mas não vamos aceitar aumentos injustificados. Em média, o trecho no Brasil é de R\$ 580, não se justifica ir para R\$ 3 mil a cinco dias da viagem”, disse, em entrevista à GloboNews. Na véspera, após reunião com as companhias aéreas, as empresas ficaram de apresentar um plano para redução dos preços das passagens em até 10 dias.